

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
DEPARTAMENTO HISTÓRIA E ECONOMIA**

VAGNER DA ROCHA MONTEIRO

**NOVA IGUAÇU
2010**

VAGNER DA ROCHA MONTEIRO

VISÕES SOBRE A ANISTIA

Levantamento bibliográfico e análise crítica de
três hipóteses sobre a Anistia política de 1979

Monografia apresentada ao
Departamento de História e Economia
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Licenciado em História, do
Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ COSTA D'ASSUNÇÃO BARROS

**NOVA IGUAÇU
2010**

VAGNER DA ROCHA MONTEIRO

VISÕES SOBRE A ANISTIA

Levantamento bibliográfico e análise crítica de
três hipóteses sobre a Anistia política de 1979

Monografia apresentada ao
Departamento de História e Economia
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Licenciado em História, do
Instituto Multidisciplinar da
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro.

Aprovada em Agosto de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Costa D'Assunção Barros (Orientador)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Surama Conde Sá Pinto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Alexandre Fortes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

NOVA IGUAÇU
2010

AGRADECIMENTOS

Quero, em primeiro lugar, externar minha eterna gratidão a Deus que me formou, me criou, me curou, me sustentou, me ensinou enfim, foi e é tudo em minha vida.

Em segundo lugar, agradecer à minha família, presente de Deus: Aline, companheira, amiga, amor; e às nossas princesas, Ana Carolina e Talita, pelo carinho, cuidado, paciência, tolerância e pelo tempo que este modesto trabalho lhes tomou.

Ao meu pai, José (em memória) e mãe, Dora, pelo cuidado e ensino de princípios.

Aos meus irmãos, Vania, Vanja e Vitor, todos professores, pelo incentivo permanente a terminar este curso.

Ao meu orientador, José D'Assunção Barros, que aceitou o convite de me orientar, aos 40 do segundo tempo o que permitiu, a partir dos conselhos, observações, e correções, que uma idéia amorfa tomasse a configuração de um trabalho científico. Nem Lula nem Obama. Esse é "o cara".

Ao conjunto de professores que passaram em minha vida: profissionais, não sacerdotes. Em especial aos do Departamento de História desta instituição. Todos abrilhantam essa profissão que escolhi.

Aos colegas que ingressaram comigo em 2006/1. A "ELITE". Em especial aos guerreiros que se formam agora: Ana Paula, Diego Caetano, Leandro, Nelson, Rita, Vinícius: Conseguimos!

Resumo

Esta Monografia constitui um exercício de reflexão sobre a produção científica relacionada à Anistia política de 1979.

Em primeiro lugar, é um levantamento bibliográfico dos trabalhos acadêmicos elaborados sobre o processo de construção da Lei da Anistia Política de 1979, nas várias áreas do conhecimento.

Em segundo lugar, é uma análise crítica de três trabalhos que defendem visões diferentes acerca do ator social protagonista naquele processo, baseado nas seguintes indagações fundamentais: o que esses autores pensam sobre os sujeitos envolvidos? Quem deu a dinâmica no processo: O Estado concedeu a anistia, os movimentos sociais a conquistaram ou houve uma combinação desses fatores?

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. Visão panorâmica dos trabalhos sobre a Anistia Política de 1979	3
2. Estudo crítico de representantes de três hipóteses sobre a Anistia de 1979: como concessão do Estado, como confluência de crise do Estado e avanço da mobilização da sociedade ou como conquista dos movimentos sociais	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
NOTAS.....	35
FONTES.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	37

Introdução

Este trabalho monográfico tem por objetivos:

1) fazer um levantamento acerca da produção acadêmica sobre o período no qual se travou uma luta por anistia política, que culminou com a aprovação, no Congresso Nacional, da lei nº 6683 de 28 de agosto de 1979, Mas não será feita apenas a citação dos trabalhos que foram identificados. A exposição se coloca também como uma classificação baseada na filiação, mencionada pelos próprios autores, à área do conhecimento a qual dizem pertencer.

2) analisar três trabalhos que sustentam três hipóteses diferentes sobre a Anistia de 1979: como concessão do Estado, como combinação de crise do Estado com avanço da mobilização da sociedade ou como conquista dos movimentos sociais. Mais especificamente, investigar quais são as visões dos autores sobre os sujeitos envolvidos naquele processo, sobre o seu papel e de quem teria sido a iniciativa maior na construção daquela solução para a bandeira da anistia política. De que forma construíram seus argumentos? E se tiveram êxito em responder aos questionamentos que se fizeram.

A pesquisa que deu origem a presente Monografia teve início procedendo-se a uma busca prévia no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Foi encontrada uma gama de trabalhos muito ampla sobre o tema e o período estudado. Como em História tudo que fazemos é baseado em uma seleção, foi eleita a relação de trabalhos a seguir (capítulo 1) que se constituiu no universo base de investigação, para posterior elaboração de outra seleção de obras que fosse estudada mais detalhadamente, de acordo com a proposta de trabalho (capítulo 2).

Não se pode, entretanto, perder de vista o caráter dessa relação, ou seja, o de pretender ser tão somente uma visão panorâmica, como menciona o título do capítulo 1. É um sobrevôo nos trabalhos sobre a Anistia Política, processo que se deu na década de 1970, culminando com a aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro da Lei da Anistia, em 1979. Como de praxe, alguns trabalhos abordam uma temporização maior ou menor, anterior ou posterior à aprovação da lei.

Não foi esta a única fonte de seleção primária. Já que o banco da CAPES só relaciona trabalhos de pós-graduação, sejam dissertações de mestrado, teses de doutoramento e monografias de pós-graduação *lato sensu*, também foram pesquisadas

bibliotecas das universidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Com essa busca foi selecionado um trabalho de conclusão de curso de um graduando do departamento de História da Universidade Federal Fluminense (André Luiz de Oliveira Maciel) que foi incluso pelo fato de estar diretamente ligado à problematização feita quando da elaboração do presente trabalho.

Capítulo 1

VISÃO PANORÂMICA DOS TRABALHOS SOBRE A ANISTIA POLÍTICA DE 1979

O rol a seguir contém um total de 25 trabalhos, divididos em quatro blocos, a saber: Um primeiro ligado à área do Direito; O segundo relacionado às Ciências Sociais; O terceiro, filiado a área de Economia; E no último, os trabalhos da área de História, que concentra o maior número de obras, mais a mencionada monografia de fim de curso. Vamos a eles.

2.1 – Trabalhos relacionados à área do Direito:

Lauro Joppert Swenson Junior escreveu trabalho intitulado *Problemas de Validade da Lei da Anistia Brasileira (Lei N. 6.683/79)*, como dissertação de Mestrado em 2006 na Universidade Metodista de Piracicaba, com a orientação de Dimitri Dimoulis, cuja centralidade está em discutir se, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei da Anistia teria validade ou não: Entende que sim embora expresse sua opinião de que ela é moralmente injusta e inadmissível, recorrendo a preceitos da filosofia do direito.

A dissertação de Mestrado de Fernando Antônio Campos Vianna, *Democracia e Constituição: O Processo de Abertura Democrática e a Constituição Brasileira*, defendida na Universidade de Fortaleza, de 2007 e orientada por Martônio Mont'Alverne Barreto Lima, mais se aproxima de uma descrição do pano de fundo histórico do período do regime militar brasileiro de 1964 a 1985, dando ênfase aos instrumentos jurídicos criados pelo estado para garantir legitimidade de governo, como os Atos Institucionais (criação e revogação), os Decretos-Lei a Constituição de 1967, sua emenda de 1969, a Lei da Anistia de 1979, a reforma nas leis eleitorais e, culminando a transição democrática, a elaboração da Constituição de 1988.

As Leis de Anistia Face ao Direito Internacional: O caso Brasileiro tese de doutoramento de Lucia Elena Arantes Ferreira Bastos defendida em 2007 na Universidade de São Paulo, tendo como orientadora Cláudia Perrone Moisés, trabalha com o problema da anistia aos que cometeram crimes relacionados à violação de direitos humanos, de acordo com preceitos estabelecidos em tratados internacionais.

Faz referência a episódios semelhantes, ocorridos na América Latina, mas dá tratamento principal às anistias ocorridas no caso brasileiro nos últimos quarenta anos.

Maurício de Andrade, em trabalho denominado *A conspiração da Solidariedade. Anistia Internacional e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil*, apresentado como dissertação de Mestrado na Universidade Metodista de Piracicaba em 2007, sob a orientação de Evaldo Tadeu Quilici Gonzáles, analisa a luta da organização Anistia Internacional no Brasil, em particular sua atuação contra as violações dos direitos humanos praticadas na época do que denominou de Regime de Exceção, baseado nos conceitos de Antônio Gramsci sociedade civil, que ao seu entendimento se compõe por um conjunto de órgãos tradicionais, como sindicatos, partidos políticos, igrejas, mas também pelos movimentos sociais, meios de comunicação e ONGs. Afirma que esse organismo internacional contribuiu dessa forma para a afirmação da luta pelos direitos humanos no Brasil pós-ditadura.

2.2 – Trabalhos relacionados à área das Ciências Sociais

Fabíola Brigante Del Porto produziu dissertação de Mestrado pela Universidade estadual de Campinas, sob orientação de Evelina Dagnino em 2002, denominada *A Luta Pela Anistia no Regime Militar Brasileiro: A constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Filiada à Ciência Política trabalha a oposição Estado X Sociedade, colocando que nesse embate a sociedade civil teria conquistado a Anistia Política apesar das tentativas do regime de impor limites. Mas se propões a ir além, afirmando que nesta luta teria se dado um a interação dos movimentos pela anistia com outros movimentos sociais e que sua pauta reivindicatória seria bem mais ampla, partindo dos direitos civis e também incorporando novas reivindicações e lutas por novos direitos, se baseando para isso na relação dos movimentos pela anistia com os movimentos de mulheres, nas palavras da autora. Diante dessa capacidade de agregar vários movimentos sociais e abarcar várias reivindicações, a autora chama o processo de “anistia do povo brasileiro”. Este trabalho despertou especial interesse pois se coloca claramente entendendo a anistia como uma conquista dos movimentos sociais, tema que será abordado no capítulo seguinte, quando fizer a análise comparada de três outros trabalhos sobre o tema, ligados à História.

Também filiado à Ciência Política, mas versando sobre o momento pós-anistia, Glenda Lorena Mazaroba em *Um acerto de contas com o futuro: A anistia e*

suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro, dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo em 2003, Orientada por Eduardo Kugelmas, apresenta a Anistia política de 1979 como o início de um processo de longa duração que contaria com duas outras leis relevantes: a lei 9.140/1995 (lei dos desaparecidos) e a lei 10559/2002 (que trata das indenizações) e tenta traçar o seu sentido político, identificar o papel dos principais atores sociais envolvidos e das instituições participantes, com vistas a entender o processo brasileiro, diante de experiências semelhantes na Argentina, no Chile e no Uruguai, sem se filiar à modalidade de um estudo comparado.

Outro trabalho também da área de Ciência política e que se destacou pelas fontes de consulta utilizadas é o de Larissa Brisola Brito Prado: *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: Torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar*, apresentado como dissertação de Mestrado na Universidade Estadual de Campinas, com a orientação de Eliézer Rizzo de Oliveira em 2004. É um estudo que articula duas áreas do conhecimento: A política e o direito na medida em que, analisando os dispositivos legais criados após 1995, consegue identificar que o processo da anistia política de 1979 foi controlado pelos militares. A riqueza das fontes reside na consulta aos registros oficiais, provenientes do Congresso Nacional e do Ministério da Justiça e também aos não oficiais como entrevistas com ex-militantes, políticos e advogados.

Um trabalho que trata da oposição ao totalitarismo pelos movimentos pela anistia no Brasil da segunda metade da década de 1970 é o de José Gerardo Vasconcelos: *Totalitarismo e Anistia: O pecado e o perdão na esfera da política*, defendido como dissertação de Mestrado em 1993 na Universidade Federal do Ceará, já na área da sociologia, tendo como orientador Irllys Alencar Firmo Barreira. Utiliza o conceito de totalitarismo como sendo a dissolução do indivíduo. Traça uma periodização em dois momentos: de 1964 até 1975, que teria características totalitárias e de 1975 a 1979, cuja marca do conteste histórico seria o desgaste do modelo totalitário e a retomada, pela sociedade civil, da luta pelo estado de direito no Brasil, cujo pólo central, para o autor, seria o movimento pela anistia.

2.3 – Na área das ciências econômicas:

Foi possível relacionar apenas um trabalho que não fosse essencialmente de economia e que tratasse do período sob uma ótica multidisciplinar: A dissertação de

Mestrado pela Universidade Federal do Espírito Santo defendida por Jadir Peçanha Rosaldo, em 2003: *Brasil, 1979-1989: Uma década Perdida?* Nela o autor trata das transformações da sociedade brasileira do período, na política, economia e sociedade (entre elas o movimento pela anistia), relacionando com indicadores sociais da época, fazendo um paralelo com o conceito de desenvolvimento humano e concluindo que houve ganhos em vários aspectos, levando em consideração as mudanças. Uma apropriação problematizada das informações coletadas neste trabalho, como os indicadores econômicos e sociais pode ser de grande valia para um trabalho historiográfico que tenha como uma de suas missões a de resgatar o contexto de crise econômica e desgaste do modelo daquele regime civil-militar na condução do país.

3 – Neste bloco estão agrupadas as teses, dissertações e monografia relacionadas à área de História.

O primeiro trabalho, que teve sua defesa em 1996, trata-se da dissertação de Mestrado denominada *Movimento Feminino Pela Anistia: A Esperança do Retorno à Democracia*, de Anna Flavia Arruda Lanna, pela Universidade Federal de Minas Gerais, orientada por Lucília de Almeida Neves Delgado. Trabalhando com a tradicional periodização da transição do autoritarismo à democracia, na segunda metade da década de 1970, analisa a participação deste organismo da sociedade civil, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em sua atuação específica no estado de Minas Gerais.

Exílio. Entre Raízes e Radares é o nome da tese de doutoramento de Denise Rollemberg Cruz, pela Universidade Federal Fluminense, defendida em 1998 e orientada por Ângela Maria de Castro Gomes. Trata de estudo do exílio a que foram submetidos os brasileiros vítimas da perseguição do regime militar, entre 1964 e 1979, ocasião da Anistia. Aborda os sentimentos, as ações de resistência, da imprensa dos exilados, de treinamento guerrilheiro e da volta ao Brasil, e faz referência às alterações de projetos políticos dessa geração.

Ana Lúcia da Silva produziu em 2001, como dissertação de Mestrado, o trabalho *Imprensa e Ideologia. O Discurso dos Jornais Paranaenses sob o Regime Militar (1975-1979)*, apresentado na Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação de Jurandir Malerba, no qual relatou uma ligação da imprensa com o aparato repressivo do Estado autoritário, a partir da análise do discurso dos jornais no

estado do Paraná, já no chamado período de distensão política, identificando um alinhamento ideológico com o governo militar, que, através da Operação Marumbi, investigava as ações do Partido Comunista local.

Em 2002, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Andressa Maria Villar Ramos defendeu sua dissertação de Mestrado o trabalho intitulado *A liberdade Permitida. Contradições, Limites e Conquista do Movimento pela Anistia: 1975-1980*. Nele procura analisar o movimento a partir do Comitê Brasileiro pela Anistia e pelo Movimento Feminino pela Anistia, utilizando como fontes prioritárias jornais, revistas e entrevistas.

Na linha de estudo sobre poder e sociedade, onde a maior preocupação está em pesquisar sobre o Estado, as instituições, os atores participantes e o seu pensamento político, Encontramos o trabalho de Alessandra Ciambarella, defendido na Universidade Federal Fluminense, como dissertação de Mestrado, orientado por Jorge Luiz Ferreira: *“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”*: *A Campanha Pela Anistia Política no Brasil (1977 – 1979)*. A partir de estudos usando como fontes as produções dos grupos envolvidos e a mídia escrita, analisa as relações entre Estado e sociedade, a importância desses grupos e o contexto histórico de avanços e recuos na luta pela redemocratização do país. Pelo seu posicionamento com relação ao protagonismo de ação no processo da construção da Anistia Política de 1979, a saber, uma co-autoria entre Estado e movimentos sociais da sociedade civil organizada, este trabalho foi um dos selecionados para análise mais detalhada no capítulo seguinte.

Estudando o que chamou de *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*, Heloisa Amélia Greco em tese de doutoramento pela Universidade Federal de Minas Gerais, defendida em 2003, sob a orientação de Lucíola de Almeida Neves Delgado, a autora procura refletir sobre o significado da luta pela anistia empreendida pelos Comitês Brasileiros pela Anistia pelo Movimento Feminino Pela Anistia, pelos exilados e pelos presos políticos. Se valendo do instrumental teórico elaborado por Hannah Arendt, a partir do seu conceito de política, estado totalitário, cidadania, Heloísa Greco é signatária da tese de que a Anistia foi uma conquista dos movimentos sociais, em particular das organizações citadas acima. A utilização do discurso sobre direitos humanos e a luta pela memória como uma das dimensões possíveis pela conquista de cidadania são o que a própria autora considera como as duas principais marcas do ineditismo do seu trabalho. Pela densidade teórica da tese, pelo seu posicionamento quanto à participação e liderança dos movimentos sociais, sugerindo

seu protagonismo e por entender a Anistia como uma conquista da sociedade e não uma concessão do Estado autoritário, este também é uma dos trabalhos selecionados para análise mais detalhada no próximo capítulo.

Lucileide Costa Cardoso escreveu sua tese de Doutorado versando também sobre história e memória e sobre disputa pela memória do período no trabalho *Poder e Contrapoder militares e historiadores disputam a memória e a história do regime de 1964*. A tese foi defendida em 2004 na Universidade de São Paulo, tendo como orientadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Busca compreender os argumentos dos dois grupos em confronto na época (situação e oposição) e seus escritos, revelando seus posicionamentos ideológicos sobre o que teria sido o movimento de 1964 (revolução ou golpe), e o regime que se instaurou dele, evidenciando o conflito entre história e memória, onde a experiência política representa um terreno privilegiado na reconstrução do passado.

Em 2005 Jaílson Souza da Paz defendeu sua dissertação de Mestrado na Universidade federal de Pernambuco, orientado por Sylvana Maria Brandão de Aguiar com o título: *Cristãos e comunistas, uma só defesa: História da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (1977 e 1980)*. Neste trabalho o autor investiga a defesa dos presos políticos e exilados e o engajamento da arquidiocese na luta pela sua anistia. Os destaques desse trabalho são a utilização da história oral como metodologia principal e o diálogo com a linguística, tomando emprestado o conceitual de heteroglossia na análise dos discursos como forma de compreender os papéis sociais dos envolvidos. Destaca-se também por ser um trabalho que foge da tradicional atenção que sempre se dá ao pólo político, econômico e cultural do sudeste.

Seguindo a apresentação em ordem cronológica, um Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2006, na Universidade Federal Fluminense por André Luis de Oliveira Maciel, sob orientação de Denise Rollemberg Cruz, *Anistia: Ampla, Geral e Irrestrita? Da impunidade dos torturadores e de seus mandantes. Uma luta política* trata de quem teve o papel principal na construção da Anistia. Em sua opinião, toda a dinâmica teria sido dada pelo Estado autoritário, a partir da análise da conjuntura político-partidária da época, quando o regime dava sinais de esgotamento, principalmente com o resultado das eleições de 1974, no qual se verificou que a oposição consentida (unificada no MDB) conquistou grandes avanços. Dividir a oposição se tornou a grande meta daquele governo, para garantir sua permanência no

poder. Para isso, Maciel defende que o empenho em atender esse pleito da sociedade e permitir a reorganização partidária, a partir do retorno ao Brasil dos exilados, liberdade aos presos políticos e a restituição dos direitos foi o que motivou a concessão da Anistia pelo Regime.

Tomando como ponto de partida a concessão da Anistia em 1979 para entender o processo de redemocratização do Brasil, Flávia Burlamaqui Machado no trabalho *As forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*, dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2006, orientada por Renato Luis do Couto Neto e Lemos, analisa as consequências dessa lei que diz ser restrita (não foi ampliada a todos os perseguidos pelo regime) e recíproca (atingiu os dois lados: oposição e situação), consequências essas principalmente no campo das forças armadas, ou seja, para os militares que desde o princípio do regime, o golpe de 1964, se mantiveram na defesa da legalidade institucional e, por isso, foram perseguidos.

Assim como Denise Rollemberg, Marcelina Silveira de Queiroz trata da questão dos exilados, desta vez focando especificamente do estado de Minas Gerais, na dissertação de Mestrado *Trajatórias Interrompidas: Um estudo de caso sobre exilados políticos de Minas Gerais (1964-2004)*, defendida em 2007 na Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo como orientador Ignácio José Godinho Delgado. Nesse trabalho a autora escreve sobre a trajetória de alguns dos exilados, seu retorno e sua realocação no cenário nacional, bem como discute a ação de órgãos como os Comitês Brasileiros pela Anistia e a sua ação no movimento que culminou na aprovação da lei da Anistia, em agosto de 1979 e no posterior trabalho de tentativa de reparação moral e financeira e no que representou esta luta na disputa histórica pelo direito à memória.

Também em 2007, pela Universidade Federal da Grande Dourados, no Mato Grosso do Sul, em trabalho denominado *ISTO É: Os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981)* Selma Martins Duarte em dissertação de Mestrado orientada por João Carlos de Souza analisa a linha editorial da revista de circulação nacional *ISTO É* e seu posicionamento crítico à postura procrastinatória de abertura levada a diante pelo regime militar durante os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, assim como cobertura das ações dos movimentos sociais na luta por direitos humanos e pela anistia.

Trabalhando dentro da linha de pesquisa que foca na cultura e na cidade, Maria Cecília Conte Carboni apresentou, em 2008, dissertação de Mestrado na

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com o título *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa*, orientada por Heloisa de Faria Cruz. Tendo por objetivo a análise da trajetória daquele órgão, o MFPA, na cidade de São Paulo, tendo como fonte principal o seu boletim, o Maria Quitéria, de 1977 a 1979, a autora nos traz a interpretação de que sua missão era a luta pela anistia, mostrada a partir do ponto de vista feminino, e não feminista, e com isso mostrar as diferenças dentro do movimento pela anistia, ainda que sutis.

Também tratando sobre o MFPA, só que pelo ponto de vista mais local, Ana Rita Fontes Duarte escreveu: *Memórias em Disputa e Jogos de Gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*, em tese de Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2009, tendo como orientadora Joana Maria Pedro. Nesta tese, dentro de uma linha de pesquisa que privilegia as questões de gênero, a autora aborda estudo sobre as memórias do MFPA do Ceará, recuperando as ações políticas e trajetórias de vida de ex-membros daquele movimento, com foco específico nas suas subjetividades. Essas reflexões permitem identificar uma extrapolação do papel feminino dado pela sociedade à mulher, como defensora da família e da paz na sociedade. Usa como fontes os discursos feitos pelas representantes do movimento em comparação com relatos de história oral.

Também em 2009, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi apresentada por Elisabete Fernandes Basílio Tamas a tese de Doutorado *A tortura em questão: a disputa de memórias entre militares e militantes*, com a orientação de Antônio Rago Filho. Partindo do pressuposto que as memórias são uma forma de reconstruir o passado a partir do presente, a autora aborda a disputa por esta memória do período do regime militar, sobre a ocorrência de tortura. Trabalha evidenciando as diversas opiniões dentro dos dois grandes grupos que se enfrentaram nos anos 60 e 70 no Brasil, os militares e os militantes de esquerda. Dentro do primeiro grupo, as versões acerca da tese da negação da existência de tortura, da imputação da culpa aos excessos dos subordinados e enfim, a responsabilização do Estado. Pelo lado dos militantes, a pluralidade da divergência é muito maior, visto que as muitas organizações de esquerda que se formaram produziram cada qual uma maneira de luta e de preservação dos seus pontos de vista e de memória.

Ainda em 2009, em dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Evelise Zimmer Neves apresentou o trabalho denominado *Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do*

Sul: Significados e Perfil dos Atingidos, sob orientação de Jessie Jane Vieira de Sousa. Essa dissertação analisa a ação daquela comissão, não se detendo nos marcos regionais, mas comparando com os casos semelhantes ocorridos em outros países que enfrentaram situação semelhante de reconstrução da democracia e como passaram pela tarefa de reparar vidas e indenizar os atingidos por ações de governos ditatoriais; Estuda também as aproximações e diferenças do processo gaúcho com a discussão da anistia e reparação em âmbito nacional. Além disso, traça um perfil dos atingidos pela perseguição da ditadura militar brasileira no Rio Grande do Sul.

Como se pode observar, no conjunto de trabalhos acadêmicos expostos acima a temática da anistia aparece em todos eles, mas nem sempre é o objeto central. De modo geral, procurou-se fazer uma pesquisa multidisciplinar, cuja transversalidade é o estudo sobre o período da ditadura militar iniciada em 1964 conhecido como da *distensão*, seja pela ótica da História ou da Economia, da Ciência política, da Sociologia ou do Direito. O que há em comum entre eles é que mencionam, de alguma forma, o processo da Anistia Política de 1979 (o discurso, a luta, o processo histórico, os atores sociais, a conjuntura, os debates, a memória, a lei em si e as conseqüências e implicações no momento posterior).

Apesar de, no segundo capítulo, analisar apenas trabalhos da área de História, esta compilação com escritos de várias áreas do conhecimento foi importante por que:

- Permitiu ter uma noção prévia do universo produzido sobre o tema e o período estudado, com vistas a poder fazer as escolhas que auxiliaram na confecção desta monografia;
- Fez com que tivesse acesso aos referenciais teóricos que embasaram estes trabalhos e que, por sua vez, servirão de instrumental para a elaboração de hipótese própria, em ocasião oportuna;
- Colaborou para que houvesse familiarização com conceitos formulados em outras áreas já que na elaboração de trabalhos científicos, embora haja uma filiação a priori, é cada vez mais necessário recorrer às contribuições conceituais externas à História para poder compreender, de forma mais completa, uma determinada realidade, fato ou processo histórico, dada a complexidade dos questionamentos impostos pela nossa época;

- Possibilitou a ampliação do horizonte bibliográfico ao qual foi e será possível recorrer;
- Serviu de base para relacionar fontes primárias;
- Contribuiu para traçar uma cronologia mais detalhada sobre o período.

Vamos agora focar o estudo em três das obras acadêmicas relacionadas acima, que se constituíram nas fontes secundárias deste trabalho monográfico: A monografia de André Maciel, a Dissertação de Alessandra Ciambarella e a tese de Heloísa Amélia Greco.

Capítulo 2

TRÊS VISÕES SOBRE A ANISTIA

Estudo crítico de representantes de três hipóteses sobre a Anistia de 1979: como concessão do Estado, como confluência de crise do Estado e avanço da mobilização da sociedade ou como conquista dos movimentos sociais.

1.

Considerações iniciais

Antes de discorrer sobre os trabalhos eleitos, é importante tecer alguns comentários prévios. Primeiro, quanto ao caráter desta monografia: Antes de tudo, ela não representa um posicionamento acabado, mas sim o início de um trabalho investigativo sobre o período final do regime ditatorial inaugurado com o golpe civil-militar de 1964, em particular, sobre a chamada distensão empreendida durante os governos dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo; dentro desse recorte cronológico, a temática que mais atraiu nossa atenção foi a existência de diferentes visões sobre o processo de elaboração da lei da Anistia, aprovada pelo congresso nacional em agosto de 1979.

Digo chamada distensão porque, até mesmo nisso existe polêmica já que, para não sair do âmbito deste trabalho, os três autores pesquisados mostram que a época foi de grandes tensões, tanto dentro do estado (devido à existência de diferentes setores militares e suas divergentes formas de encarar o governo, se transitoriamente ou de caráter mais duradouro, como veremos nos trabalhos expostos a seguir), quanto fora dele, posto que as oposições, permitidas ou clandestinas, traçaram diferentes formas de se contrapor ao regime, desde o ponto de vista da via institucional, passando pela organização, tanto local quanto nacional, de entidades representativas dos movimentos antitortura, pela defesa dos direitos humanos e pela anistia dos presos e exilados políticos até a opção da luta armada, por determinados setores da esquerda revolucionária, além da bem explorada (pela historiografia) tensão entre estado e sociedade civil.

Há de se considerar, em segundo lugar que o tempo e o espaço para a elaboração de um trabalho de maior “fôlego”, para usar uma expressão comum no meio acadêmico, seria o de uma dissertação de mestrado, como é o desafio que se coloca a frente, como conseqüência do desdobramento deste trabalho.

Outro aspecto que precisa ser esclarecido é quanto aos critérios da escolha dos três trabalhos analisados de forma mais detalhada a seguir: Em primeiro lugar, por se tratarem de trabalhos acadêmicos historiográficos. Pode parecer óbvio, mas é importante frisar que, em se tratando de trabalhos da área de História, a proximidade e a familiaridade com o quadro conceitual utilizado pelos autores tornam mais fáceis as missões investigativas e comparativas dos mesmos. Outro caminho possível seria analisar as produções dos atores envolvidos no cenário recortado, seja pelo lado dos militares, seja pelo lado dos militantes, e isso já até foi parcialmente estudado por Lucileide Costa Cardoso (1). Mas o objetivo principal desta monografia é fazer uma revisão e discussão bibliográfica.

Em segundo lugar, por que estes três autores especificamente? Considero que, pela argumentação desenvolvida pelos autores, os três se contraponham sobre o protagonismo no processo de construção da Anistia de Agosto: um defende que o processo teria sido conduzido exclusivamente pelo estado (Maciel); a outra argumenta que Estado sem sustentação e a sociedade retomando sua capacidade de organização e protesto, de forma combinada, teriam sido os motivos da solução como foi

engendrada (Ciambarella); a terceira, no outro extremo, sustenta que a dinâmica do processo teria sido dada pelos movimentos sociais organizados, de forma que considera a Anistia uma conquista dos mesmos, ainda que contra a vontade de um regime totalitário, o que valoriza ainda mais a vitória dos movimentos (Greco).

Em terceiro lugar, pela facilidade no acesso às obras. O trabalho de conclusão de curso de André Luis Maciel e a dissertação de mestrado de Alessandra Ciambarella foram conseguidos na biblioteca depositária, a Biblioteca Central do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. A tese de doutorado de Heloísa Amélia Greco encontra-se disponibilizada, pela UFMG, através da sua biblioteca virtual, na íntegra. Com o curto intervalo de tempo para a elaboração deste trabalho essa facilidade foi fundamental.

2.

O Estado “dando as cartas”

Estudo da monografia de André Luis de Oliveira Maciel: *ANISTIA: AMPLA, GERAL E IRRESTRITA? Da Impunidade dos torturadores e de seus mandantes. Uma luta política.*

2.1– O autor

André Luis de Oliveira Maciel foi aluno de graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada em Niterói, cidade da área metropolitana do Rio de Janeiro, onde produziu em 2006, ano da conclusão da sua graduação em História, este Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela Professora Doutora Denise Rollemberg Cruz, especialista em História do Brasil Contemporâneo, em particular na ditadura militar dos anos 60 e 70. Ao que tudo indica Maciel não prosseguiu na área acadêmica, ao menos nada mais foi encontrado de sua autoria.

2.2 - A hipótese

Acerca do período das chamadas “abertura” e “distensão”, segundo classificação mencionada por Alessandra Ciambarella, existem diversas “[...] teorias que procuram explicar o processo de abertura política no Brasil.” (2) Ela faz referência a conjuntos

de teorias, classificando-as da seguinte forma: As que priorizam os fatores econômicos; A que explica a transição pela existência de um acordo entre as elites brasileiras; A que privilegia a ação controladora do Estado; E a que a própria defende baseada no entendimento da inexistência de uma “cultura política” que garantisse a sustentação do regime. Em que pesem as lacunas dessa proposição classificatória, poderíamos filiar a monografia de André Luis de Oliveira Maciel no conjunto de teorias que explicam a abertura e distensão, e o processo da Anistia dentro deste contexto, a partir da ação dirigente e controladora do Estado. Veremos a seguir mais detalhadamente a hipótese do autor.

2.3 - Análise da Monografia

Maciel explicitou que seu trabalho teve por objetivo e objeto:

[...] lançar luzes sobre questões da vida nacional brasileira que se deram num passado recente, ou seja, durante o fim da ditadura militar, mais especificamente em 1979, quando estava em curso a abertura política iniciada pelo governo Geisel e continuada pelo seu sucessor João Figueiredo. Nosso objeto de estudo é a lei nº 6683 de 28 de agosto de 1979 [...] e as conjecturas, necessidades e construções políticas para que tal lei fosse promulgada. (3)

Seu argumento foi que a aprovação da mencionada lei fazia parte de uma estratégia do governo para permanecer no poder por mais tempo. Os debates que se deram paralelamente ao da anistia se tratavam, não por acaso, da nova lei eleitoral que poria fim ao bipartidarismo, modelo, segundo o autor, que já não atendia os interesses do regime ditatorial e sua ambição de executar a planejada transição “lenta, gradual e segura”. Em sua visão, portanto e para usar palavras do próprio, em se tratando das realizações da monografia, disse que “o estado deu as cartas”. (4) Vejamos como argumento foi construído e de que forma o tema foi trabalhado.

O autor privilegiou o uso de mídia impressa, principalmente jornais e revistas de grande circulação nacional, especialmente as entrevistas dadas pelos mais

proeminentes políticos da época, totalmente envolvidos no debate parlamentar acerca dos assuntos relacionados à anistia e reforma política.

O ponto de partida do seu recorte cronológico foi a eleição de 1974, que escolheu os membros do poder legislativo, tanto nacional quanto regionais. Nesse pleito, o governo se deparou com fragorosa derrota nas urnas, a despeito do controle exercido sobre a propaganda eleitoral. Tanto pelo lado da oposição que não podia explicitamente criticar o regime e denunciar as práticas ilegais de tortura, exílio, banimento, perseguições de toda sorte, quanto pelo lado da propaganda ufanista e triunfalista oficial, ainda tentando colher os frutos econômicos do “milagre brasileiro”. O recorte se encerrou com a aprovação da lei da anistia em 1979, deixando claro, o autor, que os desdobramentos daqueles acontecimentos seriam sentidos e percebidos durante as décadas seguintes, principalmente quanto às implicações para o fim da bipartidarização e para a garantia da impunidade aos membros do regime que se envolveram em crimes de tortura, desaparecimentos, homicídios.

Para embasar o seu trabalho, fez um resumo conjuntural, se atendo principalmente às questões políticas e econômicas da época. Empregou gráficos para demonstrar a situação econômica do país: do crescimento meteórico dos anos 1968 a 1973, onde a economia teria crescido até 11 % ao ano até o momento que o modelo apresentou sinais de esgotamento chegando mesmo a uma crise, muito influenciado pelo crescente endividamento externo e pela crise do petróleo de 1973. Resumiu que o “milagre brasileiro” se apoiou em duas diretrizes básicas: a dependência ao capital estrangeiro, gerando enorme endividamento internacional e a concentração de renda nas mãos de uma parcela menor da população, produzindo uma massa de trabalhadores alijados do mercado consumidor (excluídos, para empregar um termo mais moderno).

Fez referência à brutalidade com que o regime tratou as oposições que mais denunciaram os crimes praticados por representantes dos governos militares e seu aparato repressivo, com vários órgãos encarregados de controlar a ameaça comunista. A contenção a essa ameaça teria praticamente dizimado as principais organizações da esquerda revolucionária, que pegaram em armas, organizaram ações urbanas e rurais na tentativa de desestabilizar e pôr fim ao regime.

No campo da política, analisando o resultado das eleições desde 1966 até 1978, com auxílio de gráfico, mostrou a evolução do percentual de votos que cada bloco recebeu (ARENA, representando a situação e MDB, agremiação que concentrava toda a oposição consentida). A oposição, mesmo com todo controle sobre a propaganda, apresentou significativo avanço no número dos seus representantes, tanto na esfera federal quanto nas regionais, com vários nomes pouco conhecidos sendo eleitos. “O MDB chegou a vencer na maioria dos Estados, aumentou sua representação no Senado e na Câmara [...] e nas Assembleias dos Estados.” (5)

Para ilustrar o impacto que o resultado das eleições de 1974 teve no pensamento dos políticos da época, Maciel fez menção a diversos depoimentos e entrevistas dadas a revistas de circulação nacional. Foram mencionados o senador Carvalho Pinto, vencido por Orestes Quécia, em São Paulo, o senador Danton Jobim, do Estado da Guanabara, Roberto Saturnino Braga, do Rio de Janeiro. Foram uníssonos em dizer que as eleições foram marcadas pelo voto baseado em preocupações sobre questões e problemas nacionais, não em nomes.

Enfaticamente o autor acrescenta “As eleições de 1974, como já dissemos, marcariam de forma decisiva o ritmo e as ações do governo até 1980, e em especial o projeto de anistia que viria a ser apresentado em 1979”. (6)

Com a vitória eleitoral a oposição ocuparia posições no congresso que poderiam permitir a apuração das denúncias de abusos e excessos do regime na sua missão de erradicar o comunismo e o terrorismo. O processo da transição lenta e gradual estava ameaçado, no seu ritmo. As etapas estavam sendo cumpridas rápido demais ou até mesmo sendo perigosamente eliminadas. Como contramedida o governo, para se manter no controle, preparou algumas alterações na lei eleitoral, restringindo a propaganda eleitoral. Posteriormente, com o “Pacote de Abril”, em 1977, o congresso foi fechado por duas semanas, altera-se a lei eleitoral, reduzindo a representação dos estados onde se imaginava que a oposição teria um resultado ainda melhor que no pleito de 1974. Os resultados dessas alterações até frearam o crescimento da oposição no senado, nas eleições de 1978, mas a representação na Câmara Federal o MDB aumentou, ainda que timidamente. Estava demonstrado, portanto que as mudanças não surtiram os efeitos desejados. A saída para o governo se manter no controle deveria ser por outro caminho: dividir a oposição.

Se a oposição continuasse unida numa mesma agremiação, ainda que não houvesse identidade programática, o governo sofreria novas derrotas colocando em risco o gradualismo da transição e, mais ainda, a possibilidade de estar sendo aberto o caminho para que as denúncias dos crimes cometidos pela ditadura fossem feitas e a responsabilização e condenação dos acusados fossem executadas era um cenário mais que vislumbrado pelo governo. A vantagem político-eleitoral da estratégia do bipartidarismo, da qual se valeu o regime para controle do perigo comunista, já não servia mais. O seu fim se constituiu, na visão do autor, na possibilidade de o governo retomar o controle da dinâmica da distensão e abertura controlada.

Não que os engenheiros políticos que planejaram essa solução tivessem simpatia pelo apelo democrático que a saída trazia consigo. Muito menos pensar que houvesse alguma comoção interna ao governo pelas pressões políticas sofridas por organismos internacionais e pela opinião pública da classe média brasileira, reivindicando a libertação dos presos políticos e retorno dos exilados. Antes disso, a proposta dos representantes do governo teria uma clara intenção de implodir a legenda que mais crescera nas eleições anteriores: o MDB. É claro que o governo não perderia a oportunidade de capitalizar politicamente com medidas que tinham forte apelo popular como a anistia aos atingidos pelos Atos Institucionais. Mas sua principal motivação era mexer no quadro da organização partidária nacional de modo a multiplicar a quantidade de legendas que abrigasse a oposição, enquanto a situação permaneceria unida na mesma legenda.

Também sabiam os representantes do governo que o MDB tinha nos seus quadros personagens com bagagem política e divergência interna suficiente para se fracionar em várias agremiações. E bem sabiam que vários líderes da oposição, em exílio, se voltassem acabariam por montar novas legendas o que enfraqueceria ainda mais a oposição, até então unida, ou seja, ajudariam no objetivo do governo de fragmentar as vozes contrárias a ele.

Personagens como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luiz Carlos Prestes não tardariam em formar novas legendas em torno de si e seus aliados, em que pesem as consequências em médio prazo para o governo, seria o melhor a fazer naquele momento.

Do modo como foi feito,

[...] O debate em torno da anistia não foi um fim em si mesmo, posto que o fato do governo anistiar os atingidos pelos Ais foi - para ele - apenas uma ferramenta para se atingir um fim maior que era fragmentar o MDB através da reforma política. Da reforma [...] Lideranças políticas, especialmente as da ARENA, trabalhavam duro para costurar alianças e garantir apoio político pelos rincões do país para que seus grupos, independente com que nome fossem se apresentar depois, pudessem estar com a maioria, que era o que realmente interessava. (7)

Assim André Luis de Oliveira Maciel construiu seus argumentos; colocando lado a lado as duas principais mudanças ocorridas na segunda metade dos anos 70 do século passado, a anistia e a reforma eleitoral, como partes do mesmo processo, daí conclui que o Estado autoritário, através dos governos militares que planejaram e executaram a distensão política rumo à abertura, o fizeram de forma pensada, orquestrada, tendo controle total do processo.

Maciel não deixou de mencionar as articulações dos movimentos sociais organizados, nessa época, em torno das bandeiras da defesa dos direitos humanos, pela liberdade aos presos políticos, pelo retorno dos exilados, dos movimentos contra a carestia dos preços, da ação da Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base e do posicionamento da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, da entrada em cena do movimento operário com as famosas greves do ABCD paulista, das mobilizações dos estudantes, enfim, de todos os que, aos poucos iam retomando seu espaço político reivindicavam o retorno à democracia. A diferença para outros autores, como Heloisa Amélia Greco, é que encarou o governo sendo o protagonista das ações que levaram a aprovação da lei da anistia da forma como foi feita, ou seja, não foi ampla, nem geral, nem irrestrita: muitos dos perseguidos pelo governo ficaram fora do alcance do perdão descrito na lei, bem como, por outro lado, foram anistiados os que participaram, a mando do governo ou por conta própria, das ações que produziram torturas, prisões ilegais, estupros, homicídios, enfim, toda a sorte do que hoje seriam considerados crimes hediondos, mas que na época, foram abraçados pelos eufemismos da lei, que não previa o enquadramento dos que não tivessem sido condenados. Isso só se deu porque, na visão de Maciel, o Regime controlou todo o processo.

Chegou a mencionar que não desprezou a ação dos movimentos sociais organizados, mas queria “[...] tão somente mostrar uma leitura dos fatos por uma perspectiva não romântica.” (8)

Em suas considerações finais o autor citou uma frase de Olavo Setúbal, um importante empresário do setor financeiro nacional, para ilustrar como um membro da elite brasileira pensava os acontecimentos daquela época:

“A iniciativa política no Brasil não está com a sociedade civil, com a oposição ou com quem que seja. É indiscutível que a iniciativa política hoje está com o governo federal” - Olavo Setúbal. Olavo Setúbal, em sua declaração ao Globo, nos dá pistas do porque não houve punição aos que torturaram, sequestraram e mataram durante o regime militar entre 1964 e 1979. (9)

E foi além, dizendo que “[...] faltou participação popular [...]”. (10)

Alegou o autor que, após consultar diversos autores e estudos sobre o tema, que a maioria deles dá muita importância à pressão exercida por estes citados movimentos sociais, mas Maciel disse que eles chegam a superestimar as ações desses movimentos e até mesmo questionou seu alcance, ao ponto de deixar claro que movimento social não necessariamente quer dizer participação popular.

Aventurou-se a fazer uma comparação com três casos os quais afirma que lá sim houve participação popular efetiva, a saber: o Chile à época de Salvador Allende, a insurreição argelina contra a presença colonizadora francesa (exemplos de participação popular pela “esquerda”) e o caso do expressivo apoio da população alemã ao fenômeno do nazismo de Adolf Hitler. Para ele, “A Alemanha e os alemães estiveram unidos na busca de um objetivo”. (11)

Arrematou afirmando que houve um distanciamento entre os movimentos sociais do povo, alegando que as entidades que discutiam a anistia, como OAB, o MDB, por exemplo, muito pouco tinham de populares. Estudantes, Movimentos e Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) eram uma elite privilegiada da população. Os trabalhadores metalúrgicos do ABCD, principalmente, só se mobilizaram por questões econômicas específicas da categoria. As entidades que mais se aproximam da população seriam a CNBB (mais pelas mensagens aos fiéis), mesmo assim é uma organização que congrega a cúpula da Igreja Católica e as CEBs (Comunidades

Eclesiais de Base), essas sim, populares, mas congregavam uma pequena parcela da população (0,03 %, pelos dados indicados pelo autor) (12).

Também divergiu da maioria dos autores, considerando a lei da Anistia uma derrota do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, principalmente do ponto de vista dos que não tiveram o perdão por crimes de sangue e assalto a bancos ou porque já haviam sido condenados, também para os servidores públicos que, mesmo reintegrados ao trabalho, não tiveram considerados o tempo do afastamento (cerca de 15 anos) para efeito de cálculo previdenciário para a aposentadoria.

Mais do que isso, considerou o movimento uma derrota porque todo o tempo o governo esteve no controle, e mesmo após a decretação da lei da Anistia, e também, como queria o governo, a aprovação da nova lei eleitoral, o PDS (herdeiro da ARENA, partido da situação), prosseguiu com grande representatividade eleitoral, garantindo maioria no congresso nacional, até a metade da década de 80, por ocasião de outra derrota de uma causa popular: a campanha das eleições Diretas Já, para presidente da república.

3.

Cultura política

Estudo da dissertação de mestrado de Alessandra Ciambarella: *“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”*: A Campanha pela Anistia política no Brasil (1977-1979)

3.1 – A autora

Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1998 e 2002) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, professora colaboradora da Universidade Federal Fluminense. Sua experiência na área de História, com ênfase em História do Tempo Presente e do Brasil Recente, bem como em Ensino de História,

principalmente nos temas relacionados à ditadura civil-militar, autoritarismo, currículo e ensino de história, anistia e memória, lhe permitiram trabalhar em várias Universidades do Rio de Janeiro, como a, UFF (atualmente), UERJ, FAFIC (Campos dos Goytacazes) e UNILASSALLE (Niterói), tendo ali coordenado a implantação do curso de graduação em História (licenciatura), além de ter orientado vários alunos em especialização e conclusão de curso de graduação.

3.2 – A hipótese

Em se tratando de classificar as teorias acerca da construção da lei da Anistia de 1979, dentro dos parâmetros propostos, temos, resumidamente, a visão da concessão pelo estado, do outro, a conquista pelos movimentos sociais e, se colocando entre as duas hipóteses, temos os que entendem o processo como uma junção de fatores como a crise do modelo do regime militar, em conjunto com a ascensão dos movimentos sociais, de contestação ao regime sugerindo que sua aceitação junto à sociedade não mais existia. É neste último modelo teórico que se encaixa a dissertação de Alessandra Ciambarella.

3.3 – Análise da dissertação

A autora se filia à linha de pesquisa da chama da História do Tempo Presente por entender que os olhares do historiador sobre o passado estão recheados de perguntas que se fazem no seu tempo, influenciada por René Remond. Somos pesquisadores vinculados ao nosso tempo, seja ele qual for. Mas também se atribui essa classificação aos estudos relacionados a temas e objetos ligados a acontecimentos mais recentes da história. É uma empreitada relativamente pouco explorada pela ciência histórica e mais trabalhada pelos profissionais de outras áreas como da sociologia, ciência política e economia. E a história do Brasil do tempo do regime militar inaugurado em 1964, na visão da autora, tem obtido muita atenção ao seu início, mas sobre o seu ocaso, o do período da distensão e abertura, ao menos na época da elaboração trabalho aqui analisado, em 2002, ainda estavam se abrindo

linhas de pesquisa. Hoje já até podemos dizer que são em número razoável os trabalhos sobre esse período e essa temática, do ponto de vista historiográfico, como vimos no primeiro capítulo.

Nesse trabalho Ciambarella se propõe a analisar a campanha pela Anistia no final dos anos 1970, debruçando-se para analisar duas das suas mais significativas entidades organizadoras, o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia. É de dentro desse trabalho investigativo que saem proposições acerca do protagonismo na construção da anistia, na forma como se deu. Nossa intenção é identificar como desenvolveu seus argumentos e de que forma trabalhou para chegar a tais conclusões e baseada em quais pressupostos teóricos.

Optou pelo uso como fontes, dos materiais produzidos pelas entidades mencionadas e pelo que foi veiculado tanto no que convencionou chamar de grande imprensa (jornais e revistas de circulação nacional, quanto na imprensa alternativa feita de jornais e revistas de menor tiragem e circulação mais restrita e cuja linha editorial é voltada para a desafiadora tarefa de resistir aos ditames da ditadura civil-militar.

Deixou claro que está ciente dos riscos que correu fazendo essa opção pela imprensa como fonte, por um lado, pelo alinhamento ideológico ao Estado ditatorial e, por outro, a percepção de se tratar de um setor da iniciativa privada interessado, como muitos outros, em lucro com sua atividade empresarial. Essa realidade produziu, por muitas vezes, um silêncio sobre a situação vivida no país. O atrelamento às proposições do estado também se colocou como obstáculo que a autora fez questão de dar ciência aos leitores do seu trabalho. Agindo como censor e fomentador da cultura, o Estado pretendia controlar a atividade de informação em todos os níveis. Seja como censor, seja como fomentador de determinadas atividades culturais. Alertou ainda para que os historiadores abram mão da visão “quixotesca” (13) de uma imprensa sempre oposicionista e que permanentemente combate o estado autoritário. Ela é parte de um contexto histórico, sendo também um agente político, com importante papel na relação com o estado, seja a favor ou contra ele.

Tecendo comentários acerca das teorias sobre o processo distencionista, indo além da visão mais simplista da oposição sociedade civil contra estado, Ciambarella agrupou as teorias em blocos, a saber: As que privilegiam os aspectos econômicos

para tratar da falência do regime militar e sua idéia de transição; As que operam defendendo a existência de acordos entre as elites do país, ou seja, a abertura como um pacto pelo alto; As teorias que explicam a distensão a partir de uma concessão controlada do estado, partindo do pressuposto que os militares, com total domínio do processo, responsáveis por toda sua dinâmica e uma outra percepção, a qual ela mesma se filia, que conjuga elementos da cultura com a política.

Entendendo melhor este conceito proposto, segundo a autora, por Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares, que

[...]chamam de “cultura política”, que determina uma “correspondência” com o conjunto de instituições e arranjos institucionais que definem uma ditadura ou uma democracia, construindo uma inextricável relação entre normas culturais e leis/instituições políticas. A base de tal interpretação é a de que para o sucesso de um regime político – e isso significa a sua permanência –, este deve contar não só com a aceitação perante a sociedade civil, mas principalmente com sua ativa participação. (14)

O regime militar brasileiro carecia de legitimidade e de legalidade, ao mesmo tempo: foi inaugurado por um golpe civil-militar (embora a história oficial redigida pelos militares siga a idéia de que eles, na verdade, fizeram uma revolução, em defesa da pátria, contra a ameaça comunista à propriedade, aos valores cristãos, à família, às instituições, destituindo um governo legitimamente eleito. Se manteve no poder, centralizando cada vez mais as decisões de estado, antes distribuídas entre os três poderes. Tentando se auto legitimar pelos Atos Institucionais. Penetrando cada vez mais na vida do cidadão, com censura aos meios de comunicação e à produção cultural como música, teatro e cinema. Não tinham, a princípio um projeto de país a implementar, mas tinham sim uma convicção de que o regime deveria durar somente o necessário para sanear o país., mas o que ocorreu e que todos sabemos é que o regime perdurou muito mais que o previsto a princípio.

Neste contexto de crise econômica, explicitada pela alta dos preços do petróleo, pelo crescente endividamento e dependência internacional, esgotamento do modelo do “milagre econômico”, é escolhido presidente da república Ernest Geisel, representando uma ala moderada das forças armadas, que sabemos não ser uma instituição homogênea. Este se colocou a tarefa de manter-se com apoio majoritário

do Exército, manter o controle da ameaça comunista, manter o crescimento econômico, cujo principal indicador eram as taxas recordistas do PIB e, o “carro-chefe” do governo Geisel, o retorno à democracia.

Esse processo gradualista de recondução do país a uma democracia colecionou opositores, tanto dentro do regime quanto fora dele. Por dentro, foram executados atos terroristas, atribuídos aos militantes comunistas, como forma de desestabilizar o governo. A chamada “Linha Dura” não queria abrir mão de seu projeto de perdurar mais tempo no comando da nação e amparava-se para isso nos órgãos oficiais e não oficiais de informação, que se tornaram também de repressão, chegando a serem comparados a um poder paralelo, ao braço clandestino da repressão.

Essa propensão do governo em flexibilizar o regime, acaba por provocar uma liberalização política significativa. A redução e o posterior fim da censura abriram espaço para circulação maior de idéias, ainda que de forma tímida. Isso certamente proporcionou articulação dos movimentos organizados na sociedade civil. Mas não foi de graça: O governo percebeu sua obsolescência e buscou um retorno (honroso, lento, gradual seguro e controlado) dos militares aos quartéis, deixando a política aos políticos.

O início do processo da Anistia estava presente na revogação do Ato Institucional n.5. Juntamente com o avanço da oposição, estava construído o quadro propício para uma saída negociada para a retirada dos militares do cenário político nacional. A solução dialética concessão – conquista vai se tornando cada vez mais real.

O papel que as entidades da sociedade civil tiveram nesse período foi fundamental: CNBB, OAB, CEBs, Comitê de Defesa dos Presos Políticos, DCEs, o MFPA, os CBAs, numa organização impressionante começaram a se articular pela anistia ampla, geral e irrestrita, com braços em todo o Brasil e no exterior.

Paralelo a isso, a ditadura militar se encontrava no meio de uma crise, principalmente após a derrota nas eleições de 1974. Mas não queria dizer paralisia. O governo ainda detinha instrumentos autoritários para garantir a ordem: muitos políticos foram cassados entre 1975 e 1976, sob acusação de comunismo. Mudanças na lei eleitoral foram impostas o que garantiu uma sobrevivência da ARENA no congresso nacional.

Os movimentos sociais começam a organizar encontros, congressos manifestações, ainda que tímidas e localizadas, como as do movimento estudantil. Junto a isso, a proximidade da sucessão presidencial abriu uma instabilidade no poder central. O controle centralizado do poder em Geisel garantiu a escolha do seu sucessor, Figueiredo, que assumiu com a missão de tornar o Brasil uma democracia. Entre avanços e recuos foi sendo construída a saída dos militares.

Mais do que uma descrição dos acontecimentos, é importante perceber na dissertação de Ciambarella a aplicação da definição conceitual, de que o processo que desembocou na aprovação da lei da anistia se deu de forma combinada entre os passos dados pelos governos Geisel (principalmente) e Figueiredo, que facilitaram a recuperação da capacidade de organização e mobilização da sociedade civil através das entidades acima mencionadas, além da participação da imprensa, artistas, intelectuais e dos envolvidos diretamente nas perseguições do regime, como os exilados, presos políticos, parentes das vítimas desaparecidas ou mortas.

As bases de sustentação de um regime, retomando o pensamento inicial da autora, o conjunto de condições culturais e legais de uma sociedade, não mais garantiam aos militares continuar no poder. Restou construir uma saída segura, para que não houvesse perigo do retorno à situação dos anos anteriores ao golpe de 1964, que no entender da sua lógica de pensar, eram dominados por perigos aos pilares da sociedade ocidental cristã, ou seja, os valores de estabilidade, propriedade, costumes familiares. Todos ameaçados pelo fantasma comunista.

Lembrando que não é o objetivo deste trabalho analisar o conjunto da tese da autora estudada, mas tão somente o que nela contém a respeito dos atores protagonistas na construção da lei da Anistia,

Nas considerações finais fez uma referência histórica de que a anistia sempre foi, desde a Grécia antiga, uma forma se reconstruir a paz social entre os membros de determinada sociedade. Lembrou também que na história do Brasil também ocorreram episódios de anistia, como forma de se atingir perdão, esquecimento e paz social. Uma espécie de tradição, mas principalmente executada por decretos para anistia relacionada a questões políticas, no império (1834, 1835, 1842), na República, nos governos de Floriano Peixoto a Hermes da Fonseca ocorreram várias. No período Vargas, na constituição de 1946, nos governos JK e João Goulart, todas abrangendo

perdão a atos políticos passíveis de punição, mas anistiados, de forma a esquecer na plenitude da palavra, como necessidade de conviver socialmente em paz. Mas ao mesmo tempo lamentou que essa não foi a anistia produzida em agosto de 1979 no congresso nacional, posto que ainda excluía a muitos brasileiros impedidos de retornar aos seus empregos públicos, em especial aos militares subalternos; paradoxalmente, essa lei foi eficaz em perdoar os executores de torturas e homicídios, no cumprimento do dever e da lei, enquadrados nos tais “crimes conexos”, incluído no texto não acidentalmente.

Encerrando, uma citação parece crucial para fazer a síntese da proposição da autora:

[...] a decretação da anistia em 1979 foi fruto de uma intensa campanha de mobilização social, que ganhou todo o país. [...] durante os anos finais da década de 1970 o Brasil assistiu o retorno das mobilizações sociais em todos os estados, através de passeatas, comícios, panfletagens, shows, peças de teatro e greves de fome. Todos esses eventos atestavam não só a crise do regime autoritário, mas sobretudo que o projeto de abertura política, iniciado pelo alto, tornava-se um definitivo processo, que não estava mais totalmente nas mãos do Estado militar. (15)

4. Os Movimentos sociais na vanguarda

Estudo da tese de doutorado de Heloisa Amélia Greco: *“Dimensões fundacionais da luta pela anistia”*

4.1 – A autora

Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1975) e doutorada em História pela mesma instituição, em 2003, atualmente é pesquisadora do Centro de Referência Audiovisual/CRAV da Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, coordenadora do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e coordena projeto de pesquisa sobre a memória da música em Belo Horizonte. Lecionou na UFMG e na UNI-BH (Centro

Universitário de Belo Horizonte), e em escolas de nível médio Sua experiência é na área de História, com ênfase em História do Brasil pós-1964.

4.2 – A hipótese

Seguindo o caminho da apresentação das hipóteses estudadas, a de Heloísa Greco se enquadra naquelas que dão ênfase aos movimentos sociais no protagonismo da construção da anistia política de 1979. Dentro deste bloco de hipóteses, temos vários trabalhos que se ocuparam de retratar a participação feminina naquele processo, num autêntico estudo ligado à história de gênero (vide capítulo 1), o que não é o caso da autora em questão que, como veremos a seguir, com mais detalhes, abordou sim a participação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e dos Comitês Brasileiros Pela Anistia (CBA), mas do ponto de vista da sua ação e do seu discurso enquanto movimentos sociais, não enquanto movimentos de gênero.

4.3 – Análise da tese

A autora se propôs a fazer um exercício de reflexão sobre o significado da luta pela anistia no Brasil na década de 1970, a partir da análise das ações dos órgãos que dirigiram este movimento (os Comitês Brasileiros pela Anistia e o Movimento Feminino pela Anistia) e dos perseguidos pelo regime (os exilados e os presos políticos) tentando responder a três questões básicas: “Este movimento se esgotou nele mesmo? Qual a sua singularidade? Que novidade ele representa?” (16)

Sem dúvida, muito mais que nos trazer, com riqueza de detalhes, o desenrolar da luta pela anistia nos últimos anos da década de 70, com um excelente trabalho de análise das fontes a que teve acesso (materiais produzidos pelos organizadores e participantes dos encontros, congressos, manifestações e eventos em geral, disponibilizadas por ex-integrantes daqueles movimentos, tanto na frente interna quanto na frente externa da luta), nos deu um exemplo de cientificidade. Seu envolvimento pessoal na causa da anistia não influenciou na objetividade do seu trabalho, posto que sua maior contribuição esteve no arcabouço teórico no qual se apoiou e nos argumentos desenvolvidos para explicar porque entende que os movimentos sociais estiveram na vanguarda da mencionada luta, mesmo estando numa realidade adversa, de ditadura brutal, o que só faz valorizar sua caminhada e conquista.

Seu argumento principal: Esse movimento foi o

[...] primeiro da história do Brasil a instaurar um espaço comum em torno de uma proposta de caráter político e estrutural, caracterizada pelo confronto aberto e direto com o regime instituindo linguagem própria de direitos humanos, cuja centralidade é dada pela luta contra o aparelho repressivo e pelo direito à memória enquanto dimensão da cidadania. (17)

As bases teóricas nas quais se apoiou para entender o movimento e caracterizá-lo dessa forma foram os conceitos de *política* e de *cidadania* de Hannah Arendt. E o que ela apontou de inédito em sua tese foram dois atributos que conferem ao movimento pela anistia um caráter antitotalitário, também no sentido arendtiano:

- a) a fundação de linguagem própria de direitos humanos, a partir da luta contra o terror instituído pela ditadura militar (1964 – 1985); e
- b) o pioneirismo da bandeira do direito à memória enquanto dimensão da cidadania. (18)

Vamos abordar nesta monografia apenas o ponto de vista da autora que trata da caracterização dos movimentos sociais da sociedade civil brasileira organizada, como sendo os protagonistas da luta e conquista da anistia política de 1979, o que está exposto na primeira parte do seu trabalho, que contém três capítulos, mas que é composta, no todo, por três partes, divididas em dez capítulos.

No primeiro capítulo Heloísa Greco traçou o perfil do estado brasileiro republicano como destruidor da esfera pública, num processo histórico de longa duração, iniciado ainda na época da colonização.

A herança escravista, associada à realidade agrária onde predominou sempre a grande propriedade produziu, desde o século XVI, uma situação de exclusão social que marcou a construção de uma nacionalidade sem cidadania, nos idos do século XIX. O mito da nação tolerante à confluência das três raças fundadoras nem sobreviveu à viagem do primeiro navio negreiro. E o estado, como elemento fomentador desse ideal de nacionalidade excludente, produziu uma situação de incompatibilidade social posto que a brasilidade excludente resultou numa nação sem cidadania plena ao seu povo.

A autora fez um paralelo com alusão ao pensamento de Hannah Arendt de que a história do mundo moderno é a história da dissolução do espaço público, o que permitiu a sociedade contemporânea produzir o fenômeno do totalitarismo. Greco viu que em Arendt, a razão de ser da política é a liberdade. E a liberdade só existe como a

possibilidade da ação humana, ou seja, não é algo dado. É construída pela ação e seu local privilegiado é a esfera pública. Na medida em que é vedado o acesso a esse espaço, já que o Estado se encarregou de destruí-lo, não haverá política, nem ação, nem liberdade, nem cidadania.

Ao longo da República esse processo de construção de uma nação sem cidadania é exacerbado, dado o freqüente estado de conflitos que só produziram afastamento do indivíduo em relação ao espaço público, desde os primeiros anos do nascimento da ditadura republicana, passando pelo Estado Novo, até atingir sua plenitude autoritária no regime militar instaurado em 1964, com o golpe civil-militar.

Essa concepção, apresentada no primeiro capítulo pode ser resumida nessa passagem da obra:

[...] O resgate da longevidade do material histórico que tem possibilitado a criação no Brasil de uma nacionalidade sem cidadania – a brasilidade excludente – a qual produz uma cultura repressiva que acaba apresentando traços totalitários mais ou menos acentuados. Este quadro vai atingir formatação definitiva na ditadura militar (1964 – 1985).(19)

Ao se propor a fazer a contextualização do movimento pela anistia, a autora dedicou grande parte do segundo capítulo a explicar os detalhes da sua opção por conceituar o regime brasileiro pós 1964 como um exemplo de autoritarismo. Para além de significar uma polêmica quanto à semântica, ela frisou que o emprego do termo tem mais vantagens que desvantagens, embora levasse em consideração as críticas que foram feitas ao longo dos cerca de cinquenta anos que separam a formulação do conceito por Hannah Arendt da data da elaboração de sua tese.

Assim o fez, ou seja, classificou o regime brasileiro de 1964 como totalitário por ter visto nele traços da destruição intencional da natureza humana, em primeiro lugar, e em segundo por ver que a Doutrina de Segurança Nacional se baseou no desmonte metódico do espaço público, o lugar privilegiado da política.

O regime de 64 criou as condições que achava necessárias para construção da sua legitimidade, pelo ponto de vista dos seus ideólogos. Justificou-se baseado na missão constitucional de defesa das fronteiras, só que não as fronteiras físicas, mas as ideológicas. O inimigo não era só externo, mas interno também: a ameaça comunista ao paradigma de nação próspera: as do ocidente cristão. O Estado passou a ser a nação, e não mais os cidadãos. Ele seria o próprio sujeito da História, na medida em

que se intitula *A Revolução Vitoriosa* e o instrumento jurídico que garantiria sua legitimidade era o Ato Institucional. Não mais o Congresso Nacional aprovava o regime, mas era o regime que o legitimava porque seu funcionamento era permitido por ele. Não se colocava como alternativa *à* democracia, mas como alternativa *de* democracia.

Passando ao largo da imaginação dos ideólogos do regime, a vida seguiu, com o milagre econômico mascarando os excessos políticos, o que fez com que a ditadura fosse mascarada ou, nas palavras da autora, dissimulada.

A prática da tortura como política de estado foi o traço mais notório das suas características totalitárias, porque destruiu a subjetividade, ou melhor, o próprio o sujeito, produziu o silêncio social e a impossibilidade da política (ação no espaço público). Enfim, foi a fase ditatorial da nacionalidade sem cidadania.

Só que em meados dos anos 70 o regime deu sinais de esgotamento, motivados pela crise do petróleo de 73, pela derrota do governo nas eleições de 74, pela pressão das camadas médias da população por notícias dos seus filhos desaparecidos, pela pressão internacional contra os crimes da ditadura, pelas notícias de corrupção no governo e do fim do período do “milagre econômico”, com inflação, arrocho salarial, endividamento e dependência externa.

Esse período também foi marcado pelo retorno das mobilizações da sociedade, com o despertar das organizações da sociedade civil (OAB, ABI, SBPC, CNBB, o movimento estudantil e a organização do Movimento Feminino pela Anistia – MFPA - e dos Comitês Brasileiros pela Anistia – CBA). O retorno das manifestações de massa (1977 / 1978), com greves marcantes de várias categorias, inclusive dos metalúrgicos do ABCD paulista.

É nesse quadro que o regime fez uma mudança de rumo: Os militares decidiram sair de cena, mas tentando impor seu ritmo, ou seja, uma abertura lenta, gradual e segura. Para mostrar que estava no controle, empregou um discurso pelo consenso da sociedade, generosamente concedido pelo governo, rumo a um aperfeiçoamento democrático. Só que os movimentos sociais haviam tomado a dianteira, segundo a autora.

Em fevereiro de 1978 foi criado o primeiro CBA, no Rio de Janeiro. Espalharam-se pelo país afora e inclusive no exterior. São feitos os preparativos de

encontros regionais e nacionais, culminando na realização de congressos, extremamente representativos, por aglutinar diversos setores da sociedade, como personalidades, artistas, políticos, parentes das vítimas, dos exilados, dos trabalhadores em greve. Foi um movimento que se iniciou com a bandeira da anistia política, mas que se colocou, desde o primeiro momento, favorável à sua ampliação e popularização. U que restou foi decidir como fazê-lo. E a solução encontrada foi a ampliação das bandeiras para abraçar todas as reivindicações que implicassem, em última instância, em uma luta unificada contra a repressão.

A articulação internacional produziu encontros no exterior, além da presença de delegações de estrangeiros nos congressos realizados em solo nacional. As mesas dos eventos refletiram essa representatividade e essa união, com participação de várias personalidades da vida pública do país.

Aos poucos o movimento foi retomando para si a ocupação do espaço público que o Estado lhe usurpara por anos.

Num ambiente de pseudo-distensão, demonstrado pela autora no capítulo dois de sua tese, já que o regime institucionalizou os atos de exceção, tornando-os legais e até com o status de constitucionais, além de o governo ter agido de uma forma centralizadora, nunca vista nos governos militares anteriores, tanto dentro das forças armadas quanto no congresso nacional, empregando como nenhum outro governo militar os instrumentos de coerção e controle social é que os

[...] movimentos sociais voltam a fazer política, atropelando a iniciativa da ditadura, sabotando e subvertendo a lógica do generoso consenso e escancarando os limites impostos. A sociedade começa a dar sinais de crescente capacidade de organização e de luta e passa a reocupar o espaço urbano resgatando a Cidade enquanto *locus* de exercício da cidadania passando da resistência à iniciativa política. Greves operárias, rearticulação do movimento popular, Ascenso do movimento estudantil: tudo isto reforça e aumenta a visibilidade da luta pela anistia. (20)

Depois de retratar um ambiente sombrio, a autora mostrou os movimentos sociais descortinando um horizonte diferente aos olhos de quem já não tinha esperança, por excluídos do espaço público, da ação e da construção de cidadania.

Considerações finais

O trabalho científico permite aos pesquisadores chegarem a resultados semelhantes no caso de seus trabalhos terem sido realizados em condições idênticas, em se tratando de ciências empíricas. Mas no caso das ciências humanas, como a História, os resultados serão, na maioria das vezes, diferente, mesmo que trabalhem com as mesmas fontes. Outras variáveis estão em cena, e a primeira delas, a subjetividade do investigador. Cada pessoa carrega consigo uma bagagem cultural própria que lhe permite uma visão diferenciada da realidade, dos fatos investigados.

Essa diversificação no campo histórico é que torna esta ciência apaixonante: Três pesquisadores investigaram o mesmo objeto e chegaram a conclusões diferentes. Cada um com seu olhar, observando os acontecimentos de um ângulo diferente puderam, para o mesmo assunto, obter respostas diferentes.

Maciel, com as limitações próprias de quem é neófito no assunto e na pesquisa, apresentou trabalho que carece de fundamentação teórica, em que pese seu esforço feito com as fontes escolhidas ter sido bem realizado.

Ciambarella e Greco, partindo de instrumentais teóricos diferentes e utilizando fontes também diferenciadas, puderam produzir cientificamente resultados que se opõe em seus enunciados, mas que não são menos válidos, por isso. O método ajuda a conseguir, na História, a objetividade que garante a validade dos trabalhos realizados.

E sobre objetividade, Heloísa Greco, ao se lançar a estudar este tema, correu sérios riscos e ela mesma reconhece isso, devido ao seu envolvimento familiar com a causa da anistia. Mas é exatamente por isso que este trabalho impressiona: pelo esforço da mesma em refletir sobre essa possibilidade (o perigo da contaminação pelo excesso de subjetividade) e pelo fato de encarar o desafio de elaborar a tese, dentro dos marcos da objetividade científica, sem se ausentar dele. Sem incorrer num posicionamento favorável ou contrário aos seus argumentos, pois não é essa a pretensão desta monografia, é importante reconhecer que o equilíbrio, entre objetividade e subjetividade, a nosso ver, foi alcançado. A densidade teórica com que embasou seus argumentos também é elogiável, principalmente pelo domínio dos conceitos de Hannah Arendt.

E este trabalho investigativo não termina aqui. Algumas das questões que surgiram no decorrer das leituras e análises dos textos aqui apresentados, não puderam ser respondidas ainda por não ser este o objetivo dessa monografia.

Certamente o emprego de uma maior investigação em fontes primárias será necessária, assim como o investimento em leituras teóricas auxiliarão em trabalho que se pretende realizar, em nível de dissertação de Mestrado.

NOTAS

1. Cardoso, Lucileide Costa. *Poder e Contrapoder: Militares e historiadores disputam a memória e a história do regime de 1964*. São Paulo. USP. 2004
2. CIAMBARELLA, Alessandra. “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”: A Campanha pela Anistia política no Brasil (1977-1979). Dissertação de Mestrado. Niterói, PPGH-UFF. 2002. p. 13
3. MACIEL, Luis de O. M. *Anistia: Ampla, Geral e Irrestrita? Da impunidade dos torturadores e de seus mandantes. Uma luta política*. TCC. Niterói, Departamento de História - UFF. p. 4
4. Ibid. p. 4
5. Ibid. p. 11
6. Ibid. p. 13
7. Ibid. p. 17
8. Ibid. p. 5
9. Ibid. p. 58
10. Ibid. p. 58
11. Ibid. p. 61
12. Ibid. p. 62
13. CIAMBARELLA, A. op. cit., p. 9
14. Ibid. p. 14
15. Ibid. p. 155
16. GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia*. Belo Horizonte, Departamento de História, FAFICH - UFMG. 2003. p. 1
17. Ibid. p. 1
18. Ibid. p. 2
19. Ibid. p. 26
20. Ibid. p. 68

FONTES

CIAMBARELLA, Alessandra. *“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”*: A Campanha Pela Anistia Política no Brasil (1977 – 1979). Dissertação de Mestrado. Disponível na Biblioteca Central do Gragoatá. Niterói, UFF, 2002.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Banco de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia.*, Tese de Doutorado. BeloHorizonte, UFMG, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VGRO-5SKS2D/1/tese.pdf>>

MACIEL, André Luis de Oliveira. *Anistia: Ampla, Geral e Irrestrita? Da impunidade dos torturadores e de seus mandantes. Uma luta política.* Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível na Biblioteca Central do Gragoatá. Niterói, UFF, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maurício de. *A conspiração da Solidariedade. Anistia Internacional e a luta pelos Direitos Humanos no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba, UNIMEP, 2007.

BARROS, José Costa D'Assunção. *O Campo da História. Especialidades e abordagens*. 6ª ed. Petrópolis - RJ, Vozes, 2009.

BARROS, José Costa D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico*. 5ª ed. Petrópolis - RJ, Vozes, 2009.

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. *As Leis de Anistia Face ao Direito Internacional: O caso Brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2007.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: O Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 2008.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Poder e Contrapoder militares e historiadores disputam a memória e a história do regime de 1964*. Tese de Doutorado São Paulo, USP, 2004.

CIAMBARELLA, Alessandra. *“Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”: A Campanha Pela Anistia Política no Brasil (1977 – 1979)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2002.

CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio. Entre Raízes e Radares*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 1998.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. *A Luta Pela Anistia no Regime Militar Brasileiro: A constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2002.

DUARTE, Ana Rita Fontes. *Memórias em Disputa e Jogos de Gênero: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2009

DUARTE, Selma Martins: *ISTO É: Os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981)*. Dissertação de Mestrado. Dourados, UFGD, 2007.

GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões Fundacionais da Luta pela Anistia.*, Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

LANNA, Anna Flavia Arruda. *Movimento Feminino Pela Anistia: A Esperança do Retorno à Democracia*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. *As forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

MACIEL, André Luis de Oliveira. *Anistia: Ampla, Geral e Irrestrita? Da impunidade dos torturadores e de seus mandantes. Uma luta política.* Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói, UFF, 2006.

MAZZAROBA, Glenda Lorena. *Um acerto de contas com o futuro: A anistia e suas conseqüências – um estudo do caso brasileiro.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2003.

NEVES, Evelise Zimmer. *Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul: Significados e Perfil dos Atingidos.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

PAZ, Jaílson Souza da. *Cristãos e comunistas, uma só defesa: História da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (1977 e 1980).* Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 2005.

PRADO, Larissa Brisola Brito. *Estado democrático e políticas de reparação no Brasil: Torturas, desaparecimentos e mortes no regime militar.* Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2004.

QUEIROZ, Marcelina Silveira. *Trajetórias Interrompidas: Um estudo de caso sobre exilados políticos de Minas Gerais (1964-2004).* Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, UFJF, 2007.

RAMOS, Andressa Maria Villar, *A liberdade Permitida. Contradições, Limites e Conquista do Movimento pela Anistia: 1975-1980.* Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC 2002.

ROSALDO, Jadir Peçanha. *Brasil, 1979-1989: Uma década Perdida?* Dissertação de Mestrado. Vitória, UFES, 2003.

SILVA, Ana Lúcia. *Imprensa e Ideologia. O Discurso dos Jornais Paranaenses sob o Regime Militar (1975-1979).* Dissertação de Mestrado. Maringá, UEM, 2001,

SWENSON JUNIOR, Lauro Joppert. *Problemas de Validade da Lei da Anistia Brasileira (Lei N. 6.683/7).* Dissertação de Mestrado. Piracicaba, UNIMEP, 2004.

TAMAS, Elisabete Fernandes Basílio. *A tortura em questão: a disputa de memórias entre militares e militantes.*, Tese de Doutorado. São Paulo, PUC, 2009.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Totalitarismo e Anistia: O pecado e o perdão na esfera da política.* Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC, 1993.

VIANNA, Fernando Antônio Campos. *Democracia e Constituição: O Processo de Abertura Democrática e a Constituição Brasileira.* Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UNIFOR, 2007.